



# INFORME ECONÔMICO

## MARIA ISABEL HAMMES

3218-4701

[belia.hammes@zerohora.com.br](mailto:belia.hammes@zerohora.com.br)

## Ideias à mão

**A**dmittidas as dificuldades que o Rio Grande do Sul tem enfrentado para crescer, a busca agora é por soluções que possam resgatar a economia gaúcha. Para se ter uma ideia, entre 1985 e 2012, o PIB do Estado teve crescimento real de **79,7%**, enquanto o brasileiro cresceu 107,4%. Com isso, a participação do Rio Grande do Sul no PIB nacional, que era de 7,8%, caiu para 6,7%. Em valores atuais, os números representam perda de **R\$ 48,4 bilhões** por ano em geração de valor para o Estado.

Os investimentos em infraestrutura e educação – essenciais para o crescimento da economia – ficam em segundo plano. Isso porque não existe orçamento que agüente, por muito tempo, arcar com dívidas federais, financiar o sistema previdenciário, assumir os encargos da folha de pagamentos e ainda empregar

algum recurso em setores-chave para o desenvolvimento. Resolver o déficit estrutural vai exigir gestão: a margem existente para a manobra do orçamento estadual é mínima.

– Qualquer governador que administrar o Estado vai ter de fazer mais com menos. Todas as questões ligadas à gestão pública e à ciência administrativa serão fundamentais – avalia o economista da Fecomércio-RS, Lucas Schifino.

No primeiro dia útil do ano, mãos à obra. Ou, pelo menos, ideias à mão. A coluna de hoje aborda algumas propostas para a gestão pública nos próximos anos, elaboradas por economistas e profissionais em um relatório da Fecomércio-RS.

Os resultados, sabemos, não chegam em pouco tempo. Mas propor iniciativas pode ser um passo importante. Quanto antes começar o trabalho, melhor.



## Simplificar tributos

Cálculos da Fecomércio-RS estimam que a burocracia traz um custo financeiro de cerca de **R\$ 42 bilhões** anuais, entre equipamentos utilizados na apuração e pagamento dos tributos e os recursos humanos necessários para realizar o trabalho.

Uma das propostas de simplificação do sistema tributário gaúcho inclui a reavaliação da Substituição Tributária (ST). Apesar de necessária para assegurar o controle fiscal, a arrecadação de ICMS através da ST tornou-se um empecilho ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

As indústrias que optam pelo Simples Nacional acabam tendo as vantagens tributárias antuladas: para que haja recolhimento antecipado, o cálculo do imposto é realizado com base na alíquota interna do Estado destinatário da mercadoria, conforme o regime geral de tributação. Assim, as pequenas empresas passaram a recolher o ICMS com base nas mesmas alíquotas das demais. Não seria necessário eliminar a sistemática da ST, mas reduzir o valor do lucro presumido utilizado para compor o cálculo do imposto para estas empresas.



## Gerir a sala de aula

Fundamental para elevar a produtividade dos trabalhadores e o **nível de renda** da sociedade, a educação ganha mais importância no sistema econômico quando o estoque de trabalhadores disponível não aumenta, situação que o Rio Grande do Sul pode enfrentar nas próximas décadas, em razão do envelhecimento da população. As projeções indicam que, a partir de 2020, o volume de crianças e idosos vai aumentar em relação ao de pessoas em idade economicamente ativa.

A situação das finanças do Estado exige aumento de qualidade e melhoria de resultados do ensino

público principalmente por meio de reformulações na gestão. As ferramentas para impulsionar essa mudança passam, necessariamente, pela atualização dos **incentivos** aos professores e diretores e para os funcionários públicos das escolas em geral.

Regras de remuneração e promoção devem levar em conta critérios de produtividade e cumprimento de metas que sejam compatíveis com as demandas da sociedade. Outra alternativa é concessão de bolsas no ensino privado, onde os alunos aproveitam o know-how e a competitividade desses ambientes.

## DILBERT - Scott Adams



## Atrair profissionais

Tornar a carreira pública suficientemente atraente sem comprometer o orçamento com a concessão excessiva de benefícios aos funcionários talvez seja um dos maiores desafios do Estado. A saída para atrair profissionais qualificados sem atrapalhar as finanças pode ser equiparar os salários e os vantagens dos cargos públicos a de posições semelhantes na iniciativa privada.

Existem funções dentro do setor público que não se equiparam a nenhuma outra no privado, como

juízes, por exemplo. Mas para os demais cargos é possível encontrar carreiras afins.

A valorização de técnicos em detrimento dos postos ocupados por critérios políticos aumenta, sem dúvidas, a eficiência da **produtividade** e dos serviços oferecidos. Do ponto de vista da gestão pública, identificar a necessidade de cada órgão também colabora para a qualificação interna das equipes – prática que as empresas do setor privado já adotam há tempos.

## Administrar a aposentadoria

O sistema de previdência estadual é problema crucial das finanças públicas. Números de 2011 mostram que, do total de **R\$ 7,6 bilhões** de despesa previdenciária, apenas 12,4% foram custeados por contribuições dos atuais servidores. A alternativa para o desequilíbrio, segundo a entidade, seria a criação do fundo de previdência complementar, para onde iriam as contribuições dos servidores referentes às parcelas de seus salários que excedem o teto do INSS, junto com uma contrapartida do setor público. A partir do teto, o servidor pode fazer uma contribuição extra: o dinheiro é guardado no fundo para garantir a saúde do orçamento estadual.

– A reforma para o fundo complementar tem de ser gradual. O dinheiro necessário para pagar a aposentadoria dos inativos hoje não foi poupado pelo Estado ao longo dos anos – avalia Lucas Schifino, economista da Fecomércio-RS.